



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



**ARTIGO SOBRE A PESQUISA DE CONCLUSÃO DE CURSO
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
TURMA: 2010-2 / 2014-1**

**IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS PARA OS
CAMELÔS DA ZONA CENTRAL DE PORTO VELHO EM
DECORRÊNCIA DAS ENCHENTES NO MUNICÍPIO.**

INSERÇÃO AO CONHECIMENTO
MINISTRADO NO CURSO:

DISCIPLINAS:

CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL E
BALANÇO SOCIAL E AMBIENTAL DAS ORGANIZAÇÕES

AUTORES:

CILENE CARACARA SIQUEIRA
EMERSON DA SILVA
LILIAN MARTINES SILVA VIEIRA

ORIENTADORA:

Prof.^a Gleimíria Batista da Costa, Doutora.
E-mail: gleimiriacosta@hotmail.com – Tel: (69) 8449-6443

PORTO VELHO – 2014



IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAS PARA OS CAMELÔS DA ZONA CENTRAL DE PORTO VELHO EM DECORRÊNCIA DAS ENCHENTES NO MUNICÍPIO.

RESUMO

Discutem-se as questões dos impactos sociais, econômicos e ambientais ocorridos pela enchente. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os impactos sociais, ambientais e econômicos, causados pela cheia do Rio Madeira na região central de Porto Velho afetando o comércio informal (camelôs). Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada no período de junho a julho/2014. Os dados foram coletados por meio de análise e observação direta e entrevista semiestruturada. Também analisados de forma quantitativa e qualitativa. A pesquisa foi realizada com entrevista em contato direto com os donos das bancas que destinavam a sua venda com produtos de confecção em geral. Foram abordados questionários acerca das dimensões econômica e social. Os resultados apontam que a perda econômica dos bens matérias para continuidade de sua atividade foi total, quanto ao impacto social, verificou-se uma insatisfação quanto aos órgãos públicos no que tange a sua situação, deixando clara a falta de apoio tanto no período da enchente quanto pós-enchente. Na dimensão ambiental os danos causados em seu entorno não tem como mensurar, pois toda estrutura dos prédios, e modificação na paisagem ainda está longe de recuperar. A cheia do Rio Madeira, trouxe diversos impactos sociais, como: perda de bens materiais, imóveis, do patrimônio público, desequilíbrios emocionais, econômicos, bem como uma incerteza do futuro dos Camelôs para seu retorno na área afetada, pois agora se encontram provisoriamente alocado nas praças do centro de Porto Velho/ RO, com a promessa de retorno para o Shopping Popular assim que não houver risco a saúde dos comerciantes.

Palavras - chave: Impacto Social; Econômico; Ambiental, Camelôs.



INTRODUÇÃO

O Brasil atualmente é visto internacionalmente como um país, onde as leis ambientais são duras, basta verificar notícias contidas em mídias diversas e recentemente publicadas. Essa legislação em muitos casos é apontada como entrave para o desenvolvimento econômico do país, na medida em que se verifica uma perspectiva de tempo muito maior para a realização de projetos que demandam impactos ambientais mais significativos (LOCKS, 2010).

O que se percebe é uma luta conflituosa entre duas forças sociais, onde uma argumenta a necessidade de desenvolvimento econômico, estrutural e social do país e outra vertente que prega a sustentabilidade ambiental desse desenvolvimento. Nesse contexto atual, essa disputa filosófica é travada no campo da argumentação, assim cada lado apresenta variáveis que justifiquem ou não a execução do projeto, valendo-se de simulações e estudos técnicos que são formalizados em documentos legalmente constituídos, que em tese constroem cenários sociais com a finalidade de se ampliar ou até mesmo conhecer as realidades sociais e ambientais que serão impactadas na execução do projeto de grande porte como o caso do Complexo das Usinas do Rio Madeira. (LOCKS, 2010).

Podemos encontrar alguns conflitos nas esferas cotidianos – psicológicos, política, econômica, religiosa, social, cultural e também nas relações humanas – interpessoais, conjugais, trabalhistas, éticas, internacionais. Neste artigo focaremos em um tipo específico de conflito que tem crescido nesses últimos anos e tem grande importância para a sociedade: os conflitos sociais e econômicos. “A intervenção humana nos ciclos naturais nos processos para ganhar sustentação e desenvolvimento econômico gera muitos impactos que são nefastos tanto para o funcionamento da natureza em si quanto para os seres humanos.” (LITTLE P.111).

O estado de Rondônia possui 52 municípios. Porto Velho é a capital e o maior município, tanto em extensão territorial quanto em população. “Localiza-se à margem direita do Rio Madeira (afluente do Rio Amazonas), tem uma área de 34.096,388 km², população de



428.527 habitantes e sendo a terceira maior capital da região Norte (superada apenas por Manaus e Belém).” No estado de Rondônia o principal afluente do Rio Madeira é o Rio Amazonas que corta o estado. É de grande importância demonstrar os aspectos socioeconômicos que envolvem o estado no que se refere à área atingida pelos impactos causados devido à construção das hidrelétricas. (BLUMM, 2008).

A cheia do Rio Madeira mostrou que a classe dos comerciantes do Shopping Popular não está unida, pois houve divergências em alguns aspectos, a associação que existia não foi à defesa da classe no momento em que maioria buscava uma solução para a remoção de tudo que existia nos boxes quando a água começou a subir e após a locação nas praças do centro da cidade, pelo contrário, os camelôs se organizam em comissão para reivindicar melhores instalações, tendo em vista uma melhor estrutura para exercerem seus ofícios. O fluxo de clientes aumentou consideravelmente por estarem nas praças, contudo, esbarra na falta de estrutura para melhor atender e até mesmo expor a mercadoria. Para poderem voltar ao local onde estavam, terão que aguardar por mais alguns meses, o Shopping Popular passa por uma reforma geral, as instalações estão comprometidas e oferece risco a saúde devido à água contaminada no período da cheia.

O período das intensas chuvas promove o aumento do nível dos rios, o que agrava os episódios de inundações bruscas, uma vez que o sistema de drenagem, quando há, torna-se ineficiente, prejudica o escoamento das águas na superfície e contribui para o alagamento das áreas adjacentes. (BLUMM, 2008).

A problematização deste artigo refere-se: Quais os impactos sociais e econômicos ocorridos na área central para os profissionais do ramo da confecção no comércio liberal de camelôs na capital de Porto Velho RO?

O objetivo geral foi analisar os prejuízos sociais e econômicos causados pela cheia do Rio Madeira. Como objetivo específico, levantar as perdas materiais de seus estoques de mercadorias; Identificar os impactos sociais aos quais se submeteram os Camelôs.



O interesse em abordar o presente tema baseia-se em demonstrar que por causa da cheia do Rio Madeira houve um impacto consideravelmente grande que acarretou em prejuízos e perdas para os comerciantes do Shopping Popular da área central de Porto Velho /RO. O método utilizado para o desenvolvimento deste trabalho será o dedutivo, e será feita pesquisa de campo, que foi realizada com entrevista em contato direto com os donos das bancas que destinavam a sua venda com produtos de confecção em geral. Foram abordados questionários acerca das dimensões econômica e social.

Além dessa introdução, o trabalho aborda temas tais como: os impactos sociais, econômico, ambientais, patrimônios históricos, metodologia, resultados e considerações finais.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 Os Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais.

Os impactos sociais consistem em níveis de análise no setor financeiro, econômico e social. Tendo como bases existentes a oferta e demanda de produtos sociais por públicos e seus impactos na sociedade. Houve um gravíssimo impacto econômico e social em Rondônia, bem como afetou toda a logística, transportes de pessoas e mercadorias, inclusive aéreas, para vários estados e municípios provocando desabastecimento e elevação dos preços sobre a economia. (BLUMM, 2008).

As enchentes em áreas urbanas existem em muitas cidades brasileiras e as causas são desastres naturais, que afetam as populações ao redor dos rios e regiões. A cheia do Rio Madeira ocasionou vários danos e prejuízos na capital de Porto Velho também em vários municípios e regiões sendo visível o grave desequilíbrio ambiental.

Segundo o artigo 1º da Resolução nº 001/86 do conselho nacional do meio ambiente (CONAMA).



Impacto ambiental é “qualquer alteração das propriedades físicas”, químicas, biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que afetem diretamente ou indiretamente: a saúde, a segurança, e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; as condições estéticas e sanitárias ambientais. (CONAMA).

Segundo alguns jornais locais como Rondônia ao vivo (2014) Evidentemente a “cheia histórica ocasionou em efeitos devastadores um enorme impacto econômico para os comerciários, a agricultura, indústrias, transporte bem como estradas, asfaltos” e vários comerciantes tiveram prejuízos com instalações e impedidos de trabalhar durante a cheia do Rio Madeira.

A população entende que as causas da cheia do rio madeira são pelo impacto ambiental das usinas hidrelétricas, as usinas se defendem alegando que foi feita toda análise ambiental exigida por lei e órgãos do Ministério do Meio Ambiente e IBAMA.

As usinas acreditam não ter nenhuma culpa nessa inundação histórica e os impactos causados pela mesma, o aumento da vazão dos vertedouros das usinas de Santo Antônio e Jirau potencializaram os alagamentos naturais do período e estes agora atingem áreas que antes não sofreriam alagamento.

A história das usinas do Rio Madeira mostra como o sistema atual de tomada de decisão não consegue dar o peso adequado aos custos sociais e ambientais. Os planos do governo brasileiro para construir dezenas de barragens na Amazônia teriam grandes impactos dos mais variados tipos. Há extensa documentação dos impactos das usinas do Madeira, e de outras barragens existentes e planejadas na Amazônia. Para construção de usinas é necessário, Segundo informação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

O licenciamento ambiental é uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente e possui como uma de suas mais expressivas características a participação social na tomada de decisão, por meio da realização de Audiências Públicas como parte do processo. As principais diretrizes para a execução do licenciamento



ambiental estão expressas na Lei 6.938/81 e nas Resoluções CONAMA nº 001/86 e nº 237/97. Além dessas, recentemente foi publicado a Lei Complementar nº 140/2011, que discorre sobre a competência estadual e federal para o licenciamento, tendo como fundamento a localização do empreendimento. (CONAMA).

Não é certamente a primeira cheia no estado de Rondônia embora esta seja a que provocou maiores prejuízos sendo contabilizado em R\$ 4,3 bilhões, tornando assim uma cheia histórica com impactos sociais econômicos e ambientais.

Conforme demonstra a FIGURA 1 o alagamento se espalhou rapidamente pelas ruas tornando os comércios impossibilitados de continuarem com suas atividades.

FIGURA 1: Foto na Rua Rogério Weber



FONTE: www.rondoniagora.com 2014.



2.2 Impactos Sociais

O impacto social foi abordado neste artigo com análise em decorrência da cheia do Rio Madeira e o deslocamento de populações, os prejuízos em equipamentos, à questão da distribuição dos camelôs para diversos lugares, e a destruição do prédio do Shopping Popular pelo alagamento. Os vendedores informais da venda de confecção foram deslocados para a Praça Jonathas Pedrosa, e Marechal Rondon. Rondônia foi castigada pela cheia do Rio Madeira neste ano de 2014 e milhares de pessoas foram desalojadas e perderam seus imóveis, bens materiais, negócios e mercadorias.

O impacto social causado pelas cheias traz preocupação para a população por ser a maior enchente enfrentada em Porto Velho até os dias de hoje. Um desastre destas proporções, mesmo que advindo, em parte, de uma situação excepcional da natureza, nos leva naturalmente, a uma reflexão sobre quais as medidas que devem ser tomadas para que possam mitigar os prejuízos e evitar a repetição de futuros problemas, muitos dos quais, com um melhor planejamento, poderiam ser evitados.

Segundo SIENA e COSTA (2010, p.3) entende que os problemas da humanidade são sistêmicos, interligados e interdependentes; são facetas da mesma crise: a crise de percepção. Por isso, defende que as soluções passam necessariamente pela mudança de percepção, de pensamento e valores. Na ciência, isto equivale a dizer que há a necessidade de mudança de paradigma. A partir da noção de paradigma científico, Capra (1996, p. 25) generaliza para o que denomina de paradigma social, definido como “[...] uma constelação de concepções, de valores, de percepções e práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza”. Esta concepção de paradigma social é fundamental, vez que se reconhece que as soluções para as questões ambientais não dependem apenas da academia e dos cientistas: os problemas são globais e as soluções dependem de todos. A FIGURA 2 mostra o Interior do



Shopping Popular, tomado pela cheia e os comerciantes carregando rapidamente seus equipamentos de trabalho.

FIGURA 2: Interior Shopping Popular.



FONTE: www.rondoniagora.com



2.3 Impactos Econômicos

Conforme relatos de ARCOVERDE, 2002 o conceito de impacto econômico emanado por uma atividade econômica específica está associado ao resultado final sobre o sistema econômico provenientes do aumento de uma unidade monetária na demanda final por seus produtos. Os indicadores econômicos, sociais e ambientais verificam as mudanças ocasionadas pela ação da natureza, abrange em todos os aspectos a avaliação de impactos em suas diferentes modalidades.

O principal benefício econômico são os empregos, diretos ou indiretos, gerados na região norte com empreendimento liberal pelos camelôs. Existem inúmeros trabalhadores liberais no município de Porto Velho. No entanto, muitas vezes, a população do comércio liberal não possui locais apropriados e necessários para o exercício da sua profissão, quer por falta de apoio político, por inexistência de capital próprio e habilidades relevantes na administração de seus negócios. Ou até mesmo por pouca educação formal, o que limita tais oportunidades nas atividades e no ramo de seus negócios administrativos. Já que as ocupações de nível mais elevado, requerem maior conhecimento e acesso às informações ainda quanto à questão do emprego a sazonalidade tem maior impacto sobre a comunidade pode receber benefícios econômicos pelos negócios de sua propriedade produtiva de camelôs em vendas de confecções. (OLIVEIRA, 2008).

Nesse sentido, devemos lembrar que os camelôs é um negócio pertencente ao setor terciário que se desenvolve em locais onde se predomina e se desenvolve a atividade comerciais em vendas ao público. É fato que existe uma ligação de preferência entre a população e os empreendimentos informais. Os camelôs se restringem à venda de confecções, artesanatos, calçados, feiras, etc. Os camelôs são uma importante fonte de emprego associada à proteção social e econômica, pois os habitantes locais e das destinações turísticas têm o privilégio de usufruir das vendas deste comércio. O envolvimento da comunidade local, por meio de empregos ou outras ações, é importante para mostrar que a proteção será economicamente benéfica para a comunidade, reforçando seu interesse na preservação. Na busca de geração de receitas para a população local.



(OLIVEIRA, 2008). A FIGURA 3 do Interior Shopping Popular e Área externa mostra claramente como foram afetadas pela cheia do Rio Madeira.

FIGURA 3: Interior Shopping Popular e Área externa



FONTE: www.rondoniagora.com.

2.4 Impactos Ambientais

O ambientalismo não é mais somente uma preocupação para ecologistas, moralistas e amantes da natureza. Durante as últimas duas décadas, evoluiu para uma força poderosa, gerando mudanças que cruzam todo o espectro das atividades humanas. Nesse contexto, verifica-se que todas as economias nacionais se vêm obrigadas ao ajuste às novas realidades ambientais, mas cada uma reage no seu próprio ritmo e de maneiras fortemente influenciadas por seus hábitos culturais e pelo seu momento social em relação a outros países no mundo. (LOCKS, 2010).

No Brasil esse novo paradigma é sentido de forma mais acentuada, pois dois fatores influenciam fortemente essa visão: i) a riqueza ambiental do país e ii) a economia emergente em franca ascensão. Esses fatores causam conflitos de interesses, quando da execução de



grandes empreendimentos que causam impactos consideráveis ao meio ambiente. Os Estudos de Impactos Ambientais apresentam variáveis e argumentos tidos como válidos e suficientes para dirimir esses conflitos, ao explorarem as realidades sociais que direta ou indiretamente serão afetadas por projetos de interesse estratégico e que demandam impactos ambientais. (LOCKS, 2010).

Os maiores impactos ambientais urbanos acontecem em decorrência de enchentes históricas são geralmente pela implantação de usinas hidrelétricas causando uma grande relevância de impacto no solo e nos rios. Os efeitos da ação do homem causado sobre o meio ambiente podem gerar grandes catástrofes. Os problemas ambientais afetam o espaço urbano, e atingem a ocupação das classes, menos favorecidas, que estão atreladas à desvalorização do espaço, sendo áreas suscetíveis a riscos ambientais. A intervenção humana nos ciclos naturais nos processos para ganhar sustentação e desenvolvimento econômico gera muitos impactos que são nefastos tanto para o funcionamento da natureza em si quanto para os seres humanos. (LITTE, 2001, p.109).

Devido às barragens no Madeira, os problemas e os prejuízos ao município tem deixado a população sem suas casas, água potável, alimentação, mobilidade, saúde, educação, e também muitos comerciantes do cain'água ficaram impossibilitado de trabalhar. Os impactos foram ocasionados pela ação da natureza, mas houve alteração na qualidade de vida da população atingida que abrange em diferentes modalidades, que ocorreram impactos econômicos, social e ambiental. A dimensão social deste fato entra nos processo políticos que tem poder de decisão sobre a distribuição social. (LITTE, 2001, p.118).

Em muitas localidades houve um agravo pela falta de limpeza e a drenagem desses canais de escoamento de esgotos a céu aberto, falta de remoção de lixo e entulhos o fluxo natural das águas acaba por inundar as partes mais baixas e vulneráveis, se não houver uma política de habitação e de saneamento básico tragédias e prejuízos vão continuar acontecendo ao meio ambiente. Diante da situação de emergência da cheia histórica as inundações



interditaram quase duas dezenas de ruas com a necessidade urgente de adequação do sistema, para melhorar a mobilidade urbana da capital de Rondônia. Os ônibus do transporte público tiveram suas linhas modificadas e no trânsito houve muito transtorno, a população já não sabia mais os pontos exatos de ônibus via bairro (FECOMÉRCIO/RO, 2014).

No projeto de Reconstrução Rondônia pós-cheia. O rio Madeira agravou os problemas de trânsito de Porto Velho, em especial no centro e na zona sul. Acrescente-se que afetou a Avenida 7 de setembro, principal via por onde passam 80% dos ônibus do transporte público da cidade. As inundações que interditaram quase duas dezenas de ruas demonstram a necessidade urgente de uma adequação do sistema viário para melhorar a mobilidade urbana da capital do estado de Rondônia (FECOMÉRCIO /RO, 2014). Na FIGURA 4, a Invasão do Rio Madeira sob a cidade de Porto Velho RO, causando prejuízos em nossos acervos históricos e a estrada de Ferro Madeira Mamoré.

FIGURA 4: Invasão do Rio Madeira



FONTE: www.rondoniagora.com.



3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 PORTO VELHO

3.1.1 Patrimônios históricos

A Estrada de Ferro Madeira Mamoré foi construída a partir do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903, ligando Santo Antônio a Vila Bela. Com uma extensão de 366 km, a ferrovia fez milhares de vítimas, principalmente da malária, que vieram em busca de uma vida melhor, onde aproximadamente 1.500 trabalhadores faleceram durante a sua construção. Acredita-se que tal construção atraiu a cidade de Porto Velho trabalhadores de mais de 50 Diferentes nacionalidades. (ROCHA, BRITO, 2013. p.8).

A Estrada ultrapassava os rios onde as corredeiras impediam a navegação, escoando a produção da fronteira da Bolívia e rio Amazonas. Sua contribuição com o Brasil foi de garantir fronteiras. Em 1972 a ferrovia foi desativada, mas em 1981 voltou a funcionar apenas com a finalidade turística que percorria o curto trecho Porto Velho-Santo Antônio. Em 2005 passou a ser Patrimônio Cultural Brasileiro. (ROCHA, BRITO, 2013. p.9).

O estado de Rondônia possui 52 municípios. Porto Velho é a capital e o maior município, tanto em extensão territorial quanto em população. “Localiza-se à margem direita do Rio Madeira (afluente do rio Amazonas), tem uma área de 34.096,388 km², população de 428.527 habitantes e sendo a terceira maior capital da região Norte (superada apenas por Manaus e Belém).” No estado de Rondônia o principal afluente do Rio Madeira é o rio Amazonas que corta o estado. É de grande importância demonstrar os aspectos socioeconômicos que envolvem o estado no que se refere à área atingida pelos impactos causados devido à construção das hidrelétricas. (BLUMM, 2008).

Ocorreu um impacto social à Estrada de Ferro Madeira Mamoré onde é considerada como ponto turístico da cidade de Porto Velho a capital de Rondônia. A cheia também ocasionou estragos e prejuízos econômicos e sociais, em nosso acervo histórico da ferrovia



madeira Mamoré- EFMM e no museu ferroviário em Porto Velho. No entanto é preciso que se assuma a responsabilidade e busque fazer projetos para reconstrução das bases consistentes de um futuro desenvolvido para o nosso Estado e Região.

MAGALHÃES relata (2006), que para Fenilli, os principais impactos sócio-econômicos provocados pela implantação de Barragens Hidrelétricas são: Criação de expectativas, Alteração do cotidiano da população, Alteração demográfica, Intensificação do tráfego, Alteração no quadro de saúde, Perda de terras e benfeitorias, Desestruturação da unidade de produção familiar, Interferência no fluxo turístico da região. Demonstra a FIGURA 5, Área externa Museu da EFMM e Shopping Popular o quanto fomos prejudicados pela invasão das águas e O impacto econômico, social entra também nesta questão do nosso patrimônio histórico, pois muitos turistas vêm de longe para prestigiar nosso acervo histórico e com isso gera recursos financeiros para o município. A Enchente causou um prejuízo para o Estado de Rondônia de R\$ 4,3 bilhões. O governo define plano de reconstrução de áreas afetadas.

FIGURA 5: Área externa Museu da EFMM e Shopping Popular.



FONTE: www.rondoniagora.com

3.2 CAMELÔS

Segundo o dicionário eletrônico, no Brasil e em nosso estado de Rondônia comumente chamado camelô, é um comerciante de rua e representante da classe de vendedores ambulantes, geralmente parte da economia informal ou clandestina, com banca improvisada, em especial nas grandes cidades (DICIONARIOINFORMAL, 2014).

Em Porto Velho os camelôs que trabalham no Shopping Popular Rio Madeira representam um número de 180 trabalhadores. E em 2006 estiveram em um processo de qualificação da profissão, através do convênio de cooperação técnica firmado entre a prefeitura de Porto Velho e o SEBRAE. Onde foi feito um diagnóstico para medir o faturamento individual dos camelôs, o número de formais e informais, o nível de satisfação com o Shopping Popular de uma maneira geral, e quais as principais necessidades desses camelôs. O prefeito Roberto Sobrinho assinou o convênio com o SEBRAE, para qualificar esses empreendedores, visando um crescimento comercial e financeiro. (RONDONIA NOTÍCIA G1, 2014).



Com esta iniciativa da prefeitura esses profissionais puderam ser qualificados nas áreas de marketing, gestão, vendas e atendimento aos clientes, incluindo também os turistas, entre outros. Outro benefício direto deste projeto foi de possibilitar aos camelôs as garantias legais junto à previdência social. O Shopping Popular oferece ao público, serviços e comércios de roupas, calçados, cabeleireiros, costureiros, artesãos, chaveiros, alimentação entre outros.

O Shopping Popular está localizado na Avenida Rogério Weber com a Rua José Alfredo, no Centro. No período da cheia os vendedores do comércio informal foram provisoriamente instalados nas praças Jonathas Pedrosa, Marechal Rondon na região central de Porto Velho, onde permanecem até o presente momento.

A cheia ocorreu não somente em Rondônia, mas também em vários estados e municípios com consequências bem mais desastrosas. Porém pela ação da natureza houve uma alteração na qualidade de vida da população atingida que abrangeu diferentes modalidades de impactos tais como econômico, social e ambiental.

As perdas e prejuízos para a população comercial informal de Porto Velho foram causados pelos impactos sociais e ambientais decorrentes da cheia do Madeira e deixaram prejuízos que são muito significativos. Empresas obtiveram prejuízos com armazenagem de mercadorias perecíveis e ainda arcam com custo de impostos por impossibilidade de cumprir as exigências legais.

Esses comerciantes informais sustentam suas famílias com as mercadorias, vendidas no Shopping Popular e com o impacto social que ocasionou também uma queda em suas vendas, e extravio de mercadorias, estragos em equipamentos como bancas, araras, cabides, vitrines, armários, manequins e muitos outros, bem como o estrago da estrutura do prédio e os Box das lojas.

Vendedores do comércio informal que são microempreendedores individuais e vendem produtos de baixo custo para a população de todas as classes e beneficia principalmente a classe baixa e média pela oferta de produtos com preços acessíveis a toda a



população. Por isso se torna um fator econômico importante para nosso município às bancas de camelôs, contribuem para o crescimento e o PIB econômico do município.

Segundo Filho (2014), nas duas últimas décadas, o mundo assistiu a um forte ressurgimento da importância das micro, pequenas e médias empresas. A multiplicação de registro de abertura e de geração de empregos por partes dessas não parou de crescer, e os postos de trabalho declinaram continuamente, e o processo de fusões e incorporações se aprofundou. Desde então, o interesse pelas MPME aumentou e se expandiu pelo mundo.

Para ajudar os vendedores ambulantes a prefeitura suspendeu o pagamento de todas as taxas até que a situação se normalize e os ambulantes retornem para o local de origem. A determinação e apoio do município seriam fundamentais para que todos os permissionários do Shopping Popular recebessem a melhor atenção possível da administração municipal.

Na pesquisa de campo deste artigo os comerciários informais relataram que o município não ofereceu nenhum apoio e nenhum tipo de atenção. Esses trabalhadores demonstram uma revolta pelos políticos do município de Porto Velho, pois não houve por parte das autoridades assistência e tiveram que arcar com toda despesa, desde a remoção das mercadorias e equipamentos até com segurança noturna. Os trabalhadores são regularizados junto ao município vale ressaltar, que pagam uma taxa para a prefeitura de R\$75,00 por Box, sendo mensalmente.

BLUMM (2008, p.116) destaca que a política de estabilização econômica hipercentralizada posta em prática na Nova República ultrapassou este limite de nocividade, minimizando a liberdade de cada um, sendo não apenas ineficiente e autoritária como também gerou frustrações, descrença, desesperança, minando as possibilidades da invenção democrática e abrindo espaços para soluções fascistas. Com isso esses trabalhadores estão vivendo em péssimas condições no novo local improvisado, pois não tem estrutura física para atender os clientes, e quando chove correm o risco de perda total de mercadorias com o vento



e chuva ocasionando transtornos financeiros e emocionais que deixa nessa classe, uma descrença no poder público.

Tendo em vista, que os comerciantes pagam segurança semanal no valor 30 reais para cada banca. Alguns tiveram prejuízo com estoque, segundo um determinado comerciante foi perdido em média por mercadoria um valor contabilizado em hum mil reais (R\$1.000,00) que caiu do porta- malas do carro devido o transtorno de ter que transportar a mercadoria diariamente. Pois não cabem no depósito improvisado na Praça do Baú conforme mostra a FIGURA 6, Praça Marechal Deodoro. Barracas dos Camelôs estão toda aberta ao ar livre, por isso esses camelôs ficam na expectativa de retornarem para o Shopping Popular no Cain'agua.

FIGURA 6: Praça Marechal Deodoro. Barracas dos Camelôs.



FONTE: www.portovelho.ro.gov.br.2014.

4 METODOLOGIA



A Pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de estudo sistematizado desenvolvido com base em material já publicado por diversos autores tais como: artigos, sítios, jornais eletrônicos, livros e outros para dar embasamento ao conteúdo teórico da pesquisa. Esta pesquisa tem o intuito de demonstrar os impactos econômicos sociais e ambientais refletidos em nossa sociedade e ter uma visão no referencial teórico.

E como objetivo neste artigo de analisar os prejuízos e danos sociais causados pela cheia do Rio Madeira. O trabalho aborda temas tais como: os impactos sociais, econômicos e ambientais e patrimônio histórico e camelôs. Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada no período de junho a julho/2014. Os dados foram coletados por meio de análise, observação direta e entrevista semi-estruturada. Também analisados de forma quantitativa e qualitativa.

A pesquisa foi realizada com entrevista em contato direto com os donos das bancas que destinavam a sua venda com produtos de confecção em geral. Foram abordados questionários acerca dos impactos econômicos e sociais, nas dimensões econômica, social e ambiental.

4 METODOLOGIA

A Pesquisa bibliográfica foi realizada por meio de estudo sistematizado desenvolvido com base em material já publicado por diversos autores tais como: artigos, sítios, jornais eletrônicos, livros e outros para dar embasamento ao conteúdo teórico da pesquisa. Esta pesquisa tem o intuito de demonstrar os impactos econômicos sociais e ambientais refletidos em nossa sociedade e ter uma visão no referencial teórico.

E como objetivo neste artigo de analisar os prejuízos e danos sociais causados pela cheia do Rio Madeira. O trabalho aborda temas tais como: os impactos sociais, econômicos e ambientais, patrimônios históricos e camelôs. Trata-se de uma pesquisa exploratória, realizada no período de junho a julho/2014. Os dados foram coletados por meio de análise e observação direta e entrevista semi-estruturada. Também analisados de forma quantitativa e qualitativa. A



pesquisa foi realizada com entrevista em contato direto com os donos das bancas que destinavam a sua venda com produtos de confecção em geral. Foram abordados questionários acerca dos impactos econômicos e sociais, nas dimensões econômica, social e ambiental.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa foram coletados os dados por meio de análise, observação direta e entrevista semi-estruturada com 24 questões. Foram entrevistados os donos das barracas, no período de 20 de junho a 19 de julho de 2014. Foram entrevistados 10 camelôs da venda de confecções, sendo 04 do sexo masculino e 06 do sexo feminino. Cinco dos entrevistados foram da Praça Jonathas Pedrosa, e os outros cinco da Praça Marechal Rondon. No dia 20 de junho foram entrevistados somente 06 comerciantes dos camelôs no horário de 16h30min às 17h30min, pois começaram a guardar seus estoques e equipamentos de trabalho, devido à falta de iluminação pública e risco de assalto. No dia 19 de julho de 2014, foram entrevistados mais 04 comerciantes, onde os trabalhadores informais das vendas de confecção demonstraram uma revolta e indignação aos órgãos públicos do município de Porto Velho. Pois não foram assistidos pelo município, tiveram que arcar com toda despesa, desde a remoção das mercadorias e equipamentos até mesmo com seguranças noturnos.

Relataram que sua vida em relação à venda hoje piorou, porque agora têm que carregarem seu estoque para casa, pois não tem como deixar na praça. Também precisam encerrar o expediente de suas vendas mais cedo, na praça eles não têm iluminação suficiente e nem segurança para atenderem a clientela depois das 17h00min horas. Os trabalhadores são regularizados junto ao município. Vale ressaltar, que os comerciantes do Shopping Popular, a maioria Trabalha com firma regularizada. Pagam taxa para prefeitura de R\$75,00 por Box sendo mensalmente.



A cheia do Rio Madeira, trouxe diversos impactos sociais, como: perda de bens materiais, imóveis, do patrimônio público, desequilíbrios emocionais, econômicos, bem como uma incerteza do futuro dos Camelôs para seu retorno na área afetada, pois agora se encontram provisoriamente alocado nas praças do centro de Porto Velho/ RO, com a promessa de retorno para o Shopping Popular assim que não houver risco a saúde dos comerciantes.

Todos foram unânimes em responder as questões desta pesquisa. As reclamações dos vendedores informais eram praticamente as mesmas, pois o problema era de igual para todos.

Nesta pesquisa houve divergências de opiniões, pois os camelôs da Praça Jonathas Pedrosa, querem voltar o mais rápido possível para o shopping popular já os entrevistados da Praça Marechal Rondon, não querem voltar para o local do alagamento, dizem que o local onde estão conseguem ter um faturamento melhor do que antes no antigo local. Esses comerciantes informais sustentam suas famílias com as mercadorias, vendidas.

No Shopping Popular e com o impacto social que ocasionou também uma queda em suas vendas, extravio de mercadorias, estragos em equipamentos como bancas, araras, cabides, Vitrines, armários, manequins e muitos outros bem como o estrago da estrutura do prédio e os Box das lojas. Os resultados apontam que a perda econômica dos bens materiais para continuidade de sua atividade foi total, quanto ao impacto social, verificou-se uma insatisfação quanto aos órgãos públicos no que tange a sua situação, deixando clara a falta de apoio tanto no período da enchente quanto pós-enchente. Na dimensão ambiental os danos causados em seu entorno não tem como mensurar, pois toda estrutura dos prédios, e modificação na paisagem ainda esta longe de recuperar.

No GRAFICO 1. Está demonstrado quantidade de Pessoas entrevistadas, 40% foram homens e 60% mulheres, através destes dados observamos que as opiniões eram unanimes por isso sendo desnecessária mais coleta de dados.

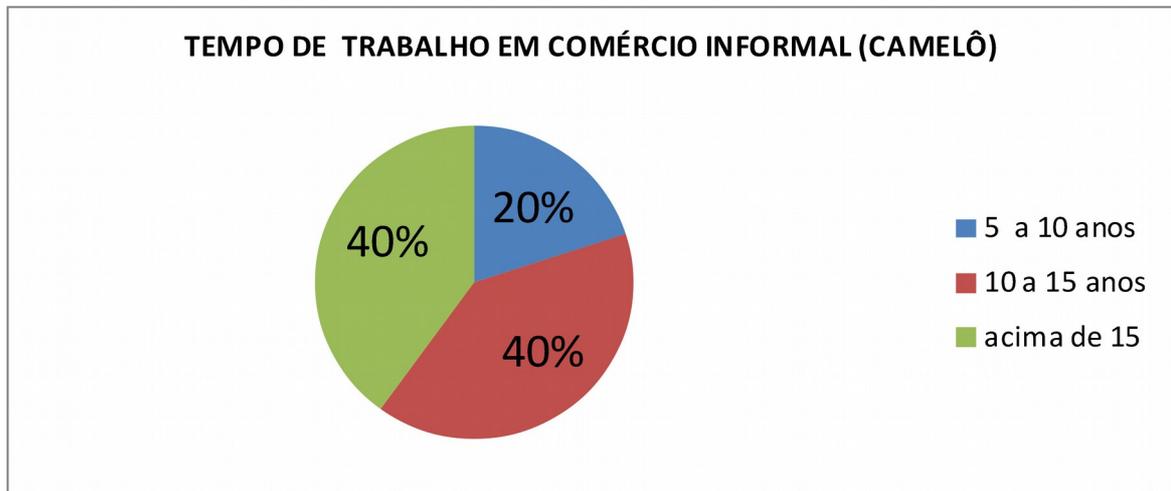


GRAFÍCO 1. Pessoas entrevistadas



No GRAFÍCO 2. Demonstram o Tempo de Trabalho em Comércio Informal dos entrevistados na pesquisa de campo. 20% têm de 5 a 10 anos de experiência no trabalho do comércio informal, 40% tem de 10 a 15 anos e 40% são os que têm mais tempo como camelôs nessa região.

GRAFÍCO 2. Tempo de Trabalho em Comércio Informal.



FONTE: Os autores

FIGURA 7: Marechal Deodoro, conhecida como (Praça do Baú).



FONTE: www.portovelho.ro.gov.br.

Nesta FIGURA 7: Marechal Deodoro, conhecida como (Praça do Baú). Onde está concentrada a maioria dos comerciantes informais, com suas barracas improvisadas e temporárias.



Foram feitos os seguintes questionamentos:

Produtos vendidos	Confecção em geral
Serviços oferecidos	Feira e praça de alimentação
Trabalho formalizado	Regulamentado
Perdas e prejuízos	100% perda total
Perdas e prejuízos	Um total de R\$3.000,00 por boxe
Prejuízos com vendas	As vendas caíram 80% durante a cheia
Retorno para o Shopping Popular	70% dos camelôs esperam retornar para o Shopping Popular
Causa provável da cheia	100% dos camelôs atribuem às Usinas
Contribuição Social	Não há contribuição social
Ajuda com frete durante a remoção das mercadorias	Não houve ajuda por parte das autoridades
Risco a saúde com a enchente	Eminente
Estrutura do espaço improvisado nas praças	Insatisfação total
Cheia histórica do Rio Madeira	100% dos camelôs não sabiam de uma ocorrência anterior igual à deste ano de 2014
Associação do Shopping Popular	Não existe
Comissão de camelôs do Shopping Popular	Não houve retorno
Reparação e ou ajuda de políticos locais	Não houve procura de nenhum político no que diz respeito a ajuda
Mudança para as praças	Toda a mudança paga pelos próprios camelôs
Transtorno coma estrutura nas praças	Transtorno com o espaço físico
Vendas	70% dos camelôs afirmam aumento nas vendas hoje, nas praças
Segurança	Todos camelôs pagam R\$30,00 por banca para vigias noturno
Tempo de serviço no Shopping Popular	A maioria tem 15 anos de Shopping Popular



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a realização deste artigo teve-se a dificuldade em encontrar algumas informações científicas, por falta da escassez de material neste assunto abordado. No entanto encontram-se baseado em artigos publicados, livros e pesquisas de jornal eletrônico da região. Através deste percebemos os prejuízos causados pelos impactos sociais, econômicos e ambientais frente à população atingida pela cheia do Rio madeira. Os comerciários informais do município de Porto Velho sofreram com os impactos e as consequências da cheia e pós-cheia do Rio Madeira. Foram ocasionados vários danos e prejuízos na capital de Porto Velho bem com nos municípios e regiões. Sendo visível o grave desequilíbrio ambiental.

Neste artigo que os trabalhadores informais das vendas de confecção demonstram uma revolta pelos políticos do município de Porto Velho, pois não foram assistidos e tiveram que arcar com toda despesa, desde a remoção das mercadorias e equipamentos até mesmo com os seguranças noturnos.

Os resultados apontaram que a perda econômica dos bens materiais para continuidade de sua atividade foi total, quanto ao impacto social, verificou-se uma insatisfação quanto aos órgãos públicos no que tange a sua situação, deixando clara a falta de apoio tanto no período da enchente quanto pós-enchente. Na dimensão ambiental os danos causados em seu entorno não tem como mensurar, pois toda estrutura dos prédios, e modificação na paisagem ainda esta longe de recuperar.

Esses trabalhadores estão vivendo em péssimas condições no novo local improvisado, pois não tem estrutura física para atender os clientes, e quando chove correm o risco de perda total de mercadorias com o vento e chuva ocasionando transtornos financeiros e emocionais que deixa nessa classe, uma descrença no poder público. Tendo em vista, que os comerciantes pagam segurança semanal no valor 30 reais por banca aumentando assim as despesas dos comerciantes.



Concluimos que o município de Porto Velho não está estruturado para uma eventual cheia posteriormente a esta de 2014, a falta de competência por parte da prefeitura e governo do Estado deixaram esses trabalhadores sem auxílio.

ANEXOS

Foram feitos os seguintes questionamentos:

1. Quais os produtos vendidos nos camelôs da região central do município de Porto Velho? R: lá no shopping popular tinha a feira, venda de calçados, alimentos e salão de beleza. Nós aqui trabalhamos com venda de roupas.
2. Como é formalizado o comércio dos camelôs por parte do poder público municipal? R: trabalhamos com firma regularizada. Pagamos taxa para prefeitura de R\$75,00 por Box e mais uma taxa de R\$ 30,00 mensal da segurança noturna.
3. Qual foi a maior perda ou prejuízo obtido durante a invasão das águas Rio Madeira? R: foram perdidos vários equipamentos como manequins, bancas, balcões, cabides, araras. O prejuízo foi com equipamentos e manutenções e estrutura dos Box do cai na água, pois ficou tudo acabado. Vai precisar de uma reforma geral.
4. Quais os custos contabilizados em decorrência da cheia no que diz respeito às perdas de estoque de mercadorias e equipamentos? R: os custos ficaram mais de R\$ 2.000 reais, com as perdas de equipamentos e as organizações dessa barraca improvisada. Tive prejuízo de estoque, pois perdi uma sacola de biquínis num valor de R\$ 1.000 reais caiu do carro ao transportar a mercadoria para casa.



5. Quais os prejuízos nas vendas obtidos pelos camelôs da região central do município porto velhos causados pela cheia do Rio Madeira? R: no inicio foi um pouco difícil até arrumar as barracas ficamos sem vender, mas agora já está normal da mesma forma que era as vendas lá no cai na água.
6. O que os camelôs da região central do município de Porto Velho, esperam da prefeitura em termos de iniciativa de um novo local? R: esperamos que o município faça a limpeza e a reforma no cai na água para podermos voltar para lá, pois lá tínhamos nossos Box e era mais organizado para atendermos nossos clientes, pois podíamos oferecer um ventilador, um lugar para provar as roupas e aqui não tem isso e nem como organizarmos.
7. Qual sua opinião referente às causas de alagamento do Rio Madeira, por ser a maior cheia do Estado de Rondônia, “cheia Record”? R: com certeza as usinas tem uma grande parcela de culpa nesse alagamento. Pois nunca tivemos que ficar tanto tempo longe de nosso local de venda.
8. Qual sua opinião na afirmação da presidente Dilma que “não se pode atribuir culpa” às hidrelétricas do Madeira na questão dessa cheia histórica? R: é culpa das hidrelétricas sim. Não tem outra explicação.
9. Qual sua preocupação em relação a pós-cheia, no que diz respeito aos prejuízos, o risco de doenças? R: Temos ciência do risco por isso é que estamos aguardando o município fazer a limpeza e a reforma que foi prometida. E não vamos voltar enquanto não for resolvido como vai ficar a situação no cai na água. Só vamos voltar quando tivermos um local apropriado.



10. Há alguma contribuição para o INSS com o objetivo de ser amparado pelo mesmo, visando uma possível aposentadoria ou mesmo auxílio doença? R: não, não contribuimos por termos firma individual. Outros são autônomos.
11. Houve alguma ajuda financeira por parte do poder público para cobrir perdas e danos, causado pelas cheias? R: não houve O município não contribuiu com nenhum prego para construção das barracas aqui. O município enviou caminhão para ajudar na retirada das coisas, mas de última hora quando a água já estava cobrindo tudo, mas não foram todos beneficiados não, pois se quisemos sair rápido sem prejuízos maiores tivemos que pagar do bolso, não teve nenhum tipo de ajuda, pois até mesmo os caminhões tiveram que pagar para tirar a mercadoria.
12. A Secretaria de Saúde trabalha agora para identificar a área onde foi registrada maior incidência da leptospirose. Quando um caso é notificado, a informação é repassada á equipe do departamento de controle de zoonoses, que tem a tarefa de ir ao local e constatar a presença do agente transmissor, o rato. Teve algum caso dessa doença entre as pessoas trabalhadoras dos camelôs? Esse tipo de informação acarreta algum prejuízo às vendas para os camelos? R: não tivemos nenhum caso de doença, pois conseguimos sair a tempo. E onde estamos não tem risco algum. E lá só vamos voltar quando estiver tudo certinho sem risco nenhum.
13. Vocês estão satisfeito com o espaço físico improvisado, para a prática do comércio? Há segurança? R: não, não estamos, pois aqui não tem nenhuma estrutura física para nós e não temos como oferecer um bom atendimento ou conforto para nossos clientes. E quando chove aqui molha tudo essa lona não segura à chuva aqui é tudo aberto molha o estoque, temos que guardar tudo na correria para não molhar. E quanto à segurança



ainda não roubaram nada de nós, mas é perigoso corremos o risco, pagamos 03 guardas semanais para cuidar da vigilância aqui nem isso o município nos oferece. Temos que pagar R\$ 30,00 reais semanais, os guardas revezam entre ele, cada noite dois tomam conta das barracas aqui.

14. Quando foi a primeira vez que você ouviu falar da enchente do Rio Madeira até onde chegou atualmente?

R: nunca teve uma enchente igual a essa. Em 2007 e 2008 teve uma cheia, mas ficamos somente uma semana fora do cai na água e não tivemos prejuízos estruturais do prédio nem perdas de equipamentos com houve dessa vez.

15. Existe alguma associação ou categoria representante por parte dos camelôs? Como ela se deu? Quando ela começou? R: Não tem, a associação que existia não foi adiante. Tentamos formar uma comissão para reivindicar nossos direitos, mas não deu certo, o povo não entrou em acordo e acabou em nada.

16. Houve algum processo de reparação? De alguma empresa ou município oferecida ao Sr. (a)? Alguma opção lhe foi imposta? R: não ninguém nunca apareceu aqui nem para perguntar ou olhar como estamos. Nenhum político se interessou em vir aqui perguntar se estávamos precisando de uma lona para cobrir as barracas ou prego para pregar as madeiras. Outro dia ficamos sabendo que um vereador fez uma entrevista aqui, mas ele veio às 6 horas da manhã para não correr o risco de nos ver e termos que falar algo para ele.

17. Como foi o processo de deslocamento (a mudança) de um lugar para o outro? Quem fez a mudança? Houve tempo suficiente? Houve condições suficientes de transporte?



- R: foi tudo muito rápido, mas deu tempo de arrumarmos o estoque e sairmos sem prejuízos maiores. Teve um caminhão do município, mas somente alguns foram beneficiados. Não deu para esperarmos então a maioria teve que pagar para fazer a retirada das coisas.
18. Como foram os primeiros meses aqui neste novo local? R: foi um transtorno até conseguirmos nos organizar de um jeito que pudéssemos atender nossos clientes da melhor forma possível. E conquistar a clientela novamente foi uns dias difíceis.
19. E como está sua vida hoje, em relação à produção, a Infraestrutura do comércio, e o convívio com os vizinhos comerciantes? R: estamos muito desorganizados, não vemos a hora de voltar para o cai na água. Aqui nessa lona tudo aberto vivemos em apuros quando chove de repente molha tudo a mercadoria, estraga, e nos vivemos aqui no molhado, pois essa calçada vive molhada o tempo todo, e dá uma alergia nas pernas uma coceira dessa água que fica aqui na calçada que às vezes espirra nas pernas.
20. Como você vê sua vida hoje? Você acha que sua vida em relação a venda melhorou ou piorou depois da enchente do rio Madeira? R: nem melhorou, nem piorou, pois as vendas são as mesmas. Os mesmos clientes que tínhamos lá são os que vêm aqui nos procurar.
21. Quais foram as coisas em que sua vida melhorou? R: não melhorou em nada.
22. Quais foram as coisas que sua vida piorou? R: piorou porque agora temos que carregar algumas coisas para casa, pois não tem jeito de deixar tudo por aqui. Pois aqui é tudo aberto. E temos que fechar mais cedo, pois não temos iluminação suficiente para atender até mais tarde depois das 17h00min horas.



23. Tiveram algum cadastro para ajuda de auxilio ou algo do tipo? R: não tiveram cadastro. Foram informados que não tinham direitos a auxilio pós-enchentes.
24. Tempo de serviço como camelôs?R: nós temos 15 anos no shopping popular mais a maioria aqui tem mais de 10 anos como camelô.

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **Avaliação dos impactos sociais e econômicos dos empreendimentos solidários em Pernambuco**. I Seminário Internacional & III Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. Disponível em: file:///C:/Users/Alex/Documents/semcap1002.pdf.

ACRÍTICA. Disponível em: <<http://acritica.uol.com.br>. acesso em 18/06/2014.

BLUMM, Pedro Augusto Lisboa. **Licenciamento ambiental**: o caso das usinas hidrelétricas do rio Madeira. Monografia de bacharelado em Direito do Centro Universitário de Brasília. BRASÍLIA. 2008, p.9.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



BRASIL. **Resolução CONAMA N° 237**, de 19 de dezembro de 1997.

COSTA, Gleimíria Batista. (UNIR) Doutoranda em desenvolvimento Regional (UNISC) gleimiria@unir.br. LOCKS, Rosilene (UNIR) Mestre em Administração (UNIR). rosilenelocks7@hotmail.com. Matos, DUILLO, Souza (UNIR) Mestre em Administração (UNIR) duylomatos@hotmail.com. **Análise do Relatório do Impacto Ambiental das Usinas Hidrelétricas no Rio Madeira no Município de Porto Velho/RO.** V Encontro Nacional da Anppas. 4 a 7 de outubro de 2010. Florianópolis - SC – Brasil.

Dicionário informal disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/> acesso: 23/07/2014.

FECOMÉCIO/RO, Proposta do setor produtivo comércio: **Reconstrução Rondônia pós-Cheia. 2014.**

FILHO, Jair do Amaral. **O negócio é ser pequeno, mas em grupo.** Doutor em Economia pela Universidade de Paris XIII, Professor Titular em Desenvolvimento Econômico do Departamento de Teoria Econômica – DTE, da Universidade Federal do Ceará – UFC, e Diretor Geral do Centro de Estratégias do Desenvolvimento, 11/13 de março de 2002. Disponível em: WWW.IPECE. CE. GOV. BR.

GREENPEACE. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org>. acesso 17/05/2014.

IBAMA. **Licenciamento ambiental federal.** Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 15/06/2014.

RESOLUÇÃO CONAMA n° 1, de 23 de janeiro de 1986. Publicada no DOU de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>>. Acesso em: 01 de junho. 2014.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



MAGALHÃES, Sandra da Cruz Garcia. **Estudo dos Impactos sociais e ambientais decorrentes dos projetos hidrelétricos de Jirau e Santo Antônio** - Reflexões preliminares. Agosto, 2006, p.11. Porto Velho.

NOTÍCIA GENTE DE OPINIÃO. Disponível em <<http://www.gentedeopinioao.com.br>. Acesso em: 18/06/2014.

NOTÍCIAS RONDONIA AO VIVO. Disponível em:<<http://www.rondoniaovivo.com>. Acesso em: 10/06/2014.

OLIVEIRA; Elton Silva. **Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local**: o caso de Itacaré – Bahia. Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em Cultura e Turismo, à Universidade Estadual de Santa Cruz e à Universidade Federal da Bahia. ILHÉUS – BAHIA. 2008.

OS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS. Disponível em: <http://www.maternatura.org.br>. acesso em 19/04/2014.

REDE NEWS NOTÍCIAS R7. Disponível em: <http://redenews.org>. acesso em 18/06/2014.

ROCHA, Gilberto de Miranda (*UFPA*); BRITO Sâmia de Oliveira (*UFPA*). **A construção das usinas no rio madeira em Rondônia e os impactos no município de porto velho**: uma abordagem socioeconômica e ambiental. IX congresso nacional de excelência em gestão 20, 21 e 22 de junho de 2014.

RONDONIA NOTÍCIA G1. GLOBO. Disponível em: <<http://g1.globo.com>. Acesso em: 17/06/2014.

SIENA, Osmar. COSTA, Gleimíria Batista da. OLIVEIRA, Oleides Francisca de. **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DISCUSSÃO CONCEITUAL**. 1. Dr. Em Engenharia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA



NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



da Produção. (UNIR).2.Mestrando do Curso de Desenvolvimento regional (UNIR). 3. Mestrando do Curso de Desenvolvimento regional e Meio Ambiente (UNIR).